
Sumário

APRESENTAÇÃO	V
PREFÁCIO	IX

Primeira Parte: TEMAS GERAIS

Capítulo UM

A Nova Aliança entre Estado e Sociedade na Administração da Coisa Pública: Descentralização e Participação na Política Nacional de Recursos Hídricos	3
1.1 INTRODUÇÃO	3
1.2 UMA VISÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE COMO CONCEITO (RE)UNIFICADOR DA NATUREZA COM A SOCIEDADE HUMANA	6
1.3 GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS COM NEGOCIAÇÃO SOCIOTÉCNICA	10
1.4 REFORMAS ESTATAIS: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL ..	15
1.5 DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS NOVAS MODALIDADES DA ESFERA PÚBLICA	18
1.6 SOCIEDADE CIVIL E ESFERA PÚBLICA NÃO-ESTATAL	23
1.7 CONCLUSÃO	30
1.8 REFERÊNCIAS	35

Capítulo DOIS

A Gestão das Águas e a Competência Estadual	39
2.1 INTRODUÇÃO	39
2.2 A REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS	40
2.3 O DOMÍNIO HÍDRICO NO BRASIL	42
2.4 A LEGISLAÇÃO NO TOCANTE AO DOMÍNIO HÍDRICO	49
2.5 OS CONDICIONANTES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	66
2.6 OS PRINCÍPIOS ESTABELECIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ...	66
2.7 AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS	67
2.8 O SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO	68
2.9 O SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – SNGRH	68
2.10 A LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS	69
2.11 CONCLUSÃO	69
2.12 REFERÊNCIAS	70

Capítulo TRÊS

	Recursos Hídricos no Brasil e a Regulação para os Setores de Águas e Energia Elétrica	73
3.1	INTRODUÇÃO	73
3.2	OS USOS MÚLTIPLOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	76
3.3	A INTERAÇÃO ENTRE OS SETORES USUÁRIOS DA ÁGUA	83
3.4	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
3.5	REFERÊNCIAS	102

Capítulo QUATRO

	Reflexões Sobre a Aplicação da Cobrança pelo Uso da Água no Brasil	105
4.1	INTRODUÇÃO	105
4.2	ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO: PONTO DE PARTIDA PARA A COBRANÇA	107
4.3	FUNCIONAMENTO DO MECANISMO DA COBRANÇA	108
4.4	COBRANÇA E MERCADOS	110
4.5	COBRANÇA E OUTORGA	113
4.6	DIFICULDADES NO ESTABELECIMENTO DOS PREÇOS	115
4.7	CARACTERÍSTICAS DA OFERTA: CASO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS. O PROJETO DE LEI PAULISTA	117
4.8	CARACTERÍSTICAS DA OFERTA: CASO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	120
4.9	CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA: OS USOS MÚLTIPLOS E POLARIZAÇÃO REGIONAL	122
4.10	PRINCIPAL OBJETIVO ATUALMENTE: TRATAMENTO DE EFLUENTES URBANOS	124
4.11	EFEITOS DA COBRANÇA SOBRE A CADEIA DE RELAÇÕES INTERSETORIAIS	126
4.12	CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS	127
4.13	REFERÊNCIAS	129

Capítulo CINCO

	Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Uma das Possíveis Abordagens	135
5.2	INTRODUÇÃO	135
5.2	HISTÓRICO DO PROCESSO DE OUTORGA	136
5.3	DISCUSSÃO SOBRE A LEGISLAÇÃO EXISTENTE	140
5.4	ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA OUTORGA	144
5.5	ASPECTOS TÉCNICOS DA OUTORGA	147
5.6	SISTEMAS COMPUTACIONAIS DE CONTROLE DE OUTORGAS	170
5.7	QUESTÕES PRÁTICAS	171
5.8	CONCLUSÃO	177
5.9	REFERÊNCIAS	178

Capítulo SEIS

	A Poluição das Águas Doces: Integrando a Gestão dos Resíduos Sólidos na Gestão dos Recursos Hídricos	179
6.1	INTRODUÇÃO	179
6.2	RESÍDUOS SÓLIDOS – CONCEITUAÇÃO	180
6.3	O SANEAMENTO BÁSICO E OS RESÍDUOS SÓLIDOS	181
6.4	NATUREZA E IMPACTOS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	182
6.5	OS RESÍDUOS SÓLIDOS E A GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS .	186
6.6	A POLÍTICA DAS ÁGUAS E OS RESÍDUOS SÓLIDOS	188
6.7	CONCLUSÕES E SUGESTÕES	190
6.8	REFERÊNCIAS	192

... SUMÁRIO ...

Segunda Parte: ESTUDOS DE CASOS**Capítulo SETE**

	Os Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de São Paulo	197
7.1	INTRODUÇÃO	197
7.2	HISTÓRICO DO SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	200
7.3	A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA PAULISTA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	203
7.4	A DINÂMICA E EVOLUÇÃO DOS COMITÊS NO ESTADO DE SÃO PAULO	215
7.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
7.6	REFERÊNCIAS	230

Capítulo OITO

	Os Comitês de Bacias no Rio Grande do Sul: Formação, Dinâmica de Funcionamento e Perspectivas	231
8.1	INTRODUÇÃO	231
8.2	O PERÍODO 1980-1994	232
8.3	DE 1995 ATÉ NOSSOS DIAS	239
8.4	COMENTÁRIOS FINAIS	255
8.5	CONCLUSÃO GERAL	264
8.6	REFERÊNCIAS	265

Capítulo NOVE

	A Gestão Participativa dos Recursos Hídricos no Semi-árido: a Experiência do Ceará	267
9.1	INTRODUÇÃO	267
9.2	O CEARÁ SEMI-ÁRIDO	268
9.3	OS MECANISMOS HISTÓRICOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	270

9.4	A ESTRUTURA DO NOVO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO CEARÁ	272
9.5	O DESAFIO METODOLÓGICO DA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	274
9.6	O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA E DA SOCIEDADE PARA CONSTITUIÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA CEARÁ	276
9.7	GESTÃO COMPARTILHADA: ALCANCES E LIMITES	278
9.8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
9.9	REFERÊNCIAS	288

Capítulo DEZ

	O Papel do Estado e da Sociedade Civil no Processo de Criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas em Minas Gerais	291
10.1	INTRODUÇÃO	291
10.2	OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DE MINAS GERAIS	297
10.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	321
10.4	REFERÊNCIAS	324

Capítulo ONZE

	Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Histórias e Estórias	325
11.1	EM PORTO ALEGRE A BASE POLÍTICA	326
11.2	RIBEIRÃO PRETO ESTÁ NA HISTÓRIA DA GESTÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL	330
11.3	A FORÇA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DA PARCERIA PODER PÚBLICO/SOCIEDADE EM FORTALEZA	333
11.4	2000 – FORTALEZA, CEARÁ. O II ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS E O II ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS	335
11.5	BELO HORIZONTE – MATURIDADE, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA	340
11.6	O FUTURO	343

Capítulo DOZE

	Gestão Participativa de Recursos Hídricos em Microbacias Hidrográficas	345
12.1	INTRODUÇÃO	345
12.2	O MODELO AGRÍCOLA PRODUTIVISTA E A EMERGÊNCIA DO “DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO”	346
12.3	CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO FLUMINENSE	351
12.4	A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	352

12.5	PRINCIPAIS DEMANDAS E CAUSAS DA DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA ÁREA RURAL	354
12.6	O CONCEITO DE MICROBACIAS COMO GESTÃO COMUNITÁRIA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA ÁREA RURAL	355
12.7	O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO ATRAVÉS DE MICROBACIAS	357
12.8	O PROGRAMA DE MICROBACIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	359
12.9	O IMPACTO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE MICROBACIAS.....	360
12.10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	362
12.11	REFERÊNCIAS	365
	SOBRE OS AUTORES	369